

ATA Nº3/2025

Aos 22 dias do mês de novembro de 2025, pelas 15h00, na Sala Cruzeiro do Grande Hotel do Luso, reuniu-se em primeira convocatória a Assembleia Geral (AG) da Federação Portuguesa de Natação (FPN), presidida pela Presidente da Mesa, Mariana Vieira da Silva, coadjuvada pelo Vice-Presidente, Paulo Lima, e pelo Secretário, Eduardo Almeida Faria, contando ainda com o apoio da funcionária da FPN Isabel Andreia Lavinha da Fonseca. Estiveram presentes os Delegados constantes da lista anexa à presente Ata, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

Ponto 1 – Aprovação da Ata da Assembleia Geral de 29 de março de 2025

Ponto 2 – Informações à Assembleia Geral

Ponto 3 – Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento de 2026

Ponto 4 – Outros Assuntos

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG), Mariana Vieira da Silva, declarou aberta a reunião e saudou todos os presentes, sublinhando o compromisso assumido de promover a descentralização das Assembleias Gerais, deixando de se realizar exclusivamente em Lisboa.

Ponto 1 – Aprovação da Ata da Assembleia Geral de 29 de Março de 2025

A Presidente da MAG submeteu a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. O Delegado João Loureiro informou que havia realizado uma Declaração de Voto que não se encontrava registada na Ata. Foi feita a anotação pela Mesa da AG.

Ponto 2 – Informações à Assembleia Geral

O Presidente da FPN, Miguel Arrobas, apresentou uma síntese das áreas estratégicas da Federação, destacando desenvolvimentos recentes e iniciativas em curso. O Vice-Presidente da FPN, António Gomes, reforçou as informações relativas à ética e boa governação, anunciando a criação de uma Comissão de Ética, independente da Direção, com funções consultivas, cujo início de funções está previsto para 1 de Janeiro de 2026. Os membros serão divulgados até 31 de dezembro. Esta Comissão funcionará em complemento ao Canal de Denúncias.

Foi igualmente apresentado o Quadro de Competições Nacionais e Internacionais relativo à época de 2025 - 2026).

A Presidente da MAG agradeceu a apresentação e abriu espaço para questões.

O Delegado João Loureiro questionou o ponto referente aos direitos dos delegados, referido na anterior AG como devendo integrar o Regulamento Geral (RG). Solicitou esclarecimentos sobre o parecer relativo à limitação de mandatos e pediu clarificação acerca da função do Senhor Avelino Silva no organograma funcional da FPN, bem como se já existia uma Estrutura Funcional da FPN para consulta de todos.

O Delegado José Freitas solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação dos projetos europeus em que a FPN estava envolvida e cujo relatório final ainda não havia sido submetido, de acordo

com a auditoria que consultou em sede da FPN. Reforçou igualmente a importância da disponibilização dessa documentação aos Delegados presentes na AG.

O Delegado Nuno Recarei manifestou desagrado pela necessidade de deslocação a Lisboa para consulta presencial da Auditoria. Solicitou à mesa que ficasse em Ata o seu desagrado pela reserva da MAG em partilhar a Auditoria. Questionou se estaria a decorrer algum processo-crime relacionado com a anterior Direção e perguntou se ocorreram outras renúncias na Direção além da de Cecília Carmo.

O Presidente da FPN respondeu às questões colocadas.

Ao Delegado João Loureiro e sobre os Direitos dos Delegados, foi esclarecido que a atualização do RG se encontra pendente devido a outras alterações prioritárias relacionadas com novos enquadramentos legais recentes. Comprometeu-se a retomar o processo em breve. No que à limitação de mandatos diz respeito, após a FPN receber dois pareceres divergentes de duas Associações Territoriais – Associação de Natação do Norte de Portugal (ANNP) e Associação de Natação do Centro Norte de Portugal (ANCP), a FPN solicitou um parecer externo ao IPDJ, o qual concluiu tratar-se de um assunto encerrado (“não assunto”). A FPN considerou, assim, a matéria resolvida, sendo assumida a posição constante do parecer do IPDJ. Relativamente ao Organograma Funcional, este encontra-se disponível no sítio oficial da FPN. O Vice-Presidente salientou que a presença, ou não, de membros da Direção em eventos não determina a natureza, ou nível das suas funções, cabendo à Direção definir a representação institucional adequada.

Passando às questões levantadas pelo Delegado José Freitas, o Presidente da FPN passou a palavra à Diretora Financeira da FPN, Marta Bastos, que explicou que nos projetos plurianuais os Relatórios Finais apenas são entregues no termo do período de execução. Quanto à consulta documental, foi esclarecido que o único pedido apresentado (por José de Freitas) foi atendido.

Relativamente às questões colocadas pelo Delegado Nuno Recarei, a Presidente da MAG informou não ter recebido qualquer notificação relativa a processos-crime. Reforçou igualmente que toda a documentação histórica da Federação permanece disponível e que a MAG está a cumprir com o que se encontra vertido nos Estatutos da FPN e que é claro ao explicitar que todos os documentos podem ser consultados na sede da FPN. O Vice-presidente da FPN confirmou que apenas ocorreu a renúncia nos órgãos da Direção de Cecília Carmo.

Ponto 3 - Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento de 2026

Como introdução, o Vice-Presidente da FPN anunciou a recuperação do patrocinador Generali Tranquilidade, prevendo-se um reforço financeiro a partir de junho/julho. Informou ainda que a direção está em negociações com uma nova entidade patrocinadora, que poderá vir a integrar a sua marca nos equipamentos oficiais da Federação.

O Presidente da FPN explicou que o documento do Plano de Atividades e Orçamento para 2026 está dividido por modalidades, incluindo a revisão dos escalões e a reorganização dos quadros

competitivos. Foi reforçada a aposta no Polo Aquático e na Natação Artística, apesar das dificuldades associadas. -----

O Vice-presidente apresentou ainda o Orçamento para 2026, referindo que este é construído com base numa previsão de receitas e despesas, mas que sofre alterações frequentes. O orçamento atual encontra-se já desatualizado, uma vez que a organização do Mundial de Polo Aquático implicará um aumento dos custos. Destacou também a importância da realização de eventos desportivos para o crescimento e desenvolvimento de atletas, treinadores e árbitros nacionais, que de outra forma não teriam acesso a competições deste nível. Referiu, por fim, que a lógica anterior — em que eventos internacionais representavam uma mais-valia financeira significativa — deixou de se verificar. Os custos aumentaram (hotelaria, transportes e fatores associados à localização), o teto máximo de receita permitido às federações diminuiu e as próprias federações participantes têm hoje menor capacidade financeira. O financiamento público também não acompanha este aumento dos custos. Por fim, reforçou-se que, apesar das dificuldades financeiras e logísticas, a aposta na organização de eventos desportivos é para manter, dada a sua relevância estratégica para o desenvolvimento das modalidades e para a valorização dos agentes desportivos nacionais. -----

Foi aberto pela Presidente da MAG um espaço para questões. -----

O Delegado Daniel Galvoeira questionou se a FPN tem previsto medidas específicas para apoio aos clubes do interior e clubes com instalações próprias. Questionou possíveis alterações ao valor de inscrições do PAN. -----

O Delegado José Freitas manifestou preocupação com o alegado prejuízo dos eventos internacionais e a ausência de atualização dos apoios às Associações Territoriais (AT's). -----

O Delegado Manuel Pereira destacou que o orçamento não contempla verba própria para AT's, contrariando expectativas criadas anteriormente. -----

O Delegado Nuno Recarei defendeu que o orçamento dos eventos internacionais deveria ser apresentado separadamente. Considerou que o orçamento apresentado se adequava mais a uma empresa financeira do que uma Federação Desportiva e que este desconsiderava as AT's, que devem ser vistas como parceiras e não como concorrentes. Questionou a taxa de 500€ aplicada ao Circuito Nacional de Águas Abertas (AA). Por fim mostrou-se desagradado com o aumento de taxas de inscrição. Esta última preocupação foi igualmente partilhada pela Delegada Mónica Franco que referiu que para os Clubes dos Açores o acréscimo das taxas de inscrição é um problema porque o apoio já é limitado e tal significa um aumento desproporcionado da despesa para os clubes. -----

Os Delegados Aldo Costa e Tomás Veloso levantaram questões sobre o aumento da rubrica de Honorários. -----

O Delegado Orlando Novo destacou a importância da comunicação institucional e da medida das Presidências Abertas desenvolvida por esta Direção, fazendo um apelo urgente de que haja a deslocação à sua zona geográfica, até pela via de se estar a construir uma nova piscina, e poder ser uma oportunidade para todos a presença do Presidente da FPN. -----

O Delegado Rui Santos levantou questões sobre o programa do Portugal a Nadar, perguntando se para além da prestação de serviços e desenvolvimento da prática desportiva, que mais se retira a nível financeiro do programa. Perguntou igualmente onde é que este orçamento se vai refletir nos principais intervenientes, ou seja, praticantes, Treinadores, Clubes. -----

Os Delegados António Sampaio e Graça Vilarinho colocaram questões relacionadas com Arbitragem, nomeadamente verbas para equipamentos, e onde no orçamento constava a rubrica referente a esta área. -----

O Presidente da FPN respondeu às questões colocadas. -----

Clubes com instalações próprias, o tema será abordado no âmbito das visitas do programa Presidência Aberta. O programa do Portugal a Nadar encontra-se em revisão, não havendo ainda definição sobre alterações às inscrições. Os eventos internacionais constituem um instrumento estratégico para o desenvolvimento desportivo nacional, permitindo reduzir custos de participação das seleções e aumentar o número de atletas envolvidos nestas competições. Quanto à verba destinada às AT's, assegurou que nenhuma AT sofrerá redução de apoios. O vice-Presidente da FPN explicou que a possibilidade de aumento depende de um eventual aditamento ao contrato-programa com o IPDJ. No que respeita às taxas de inscrição, o aumento não se aplica às disciplinas do Polo Aquático e Natação Artística. Foi explicado que o aumento da rubrica de Honorários prende-se com a contratação de técnicos para as escolas de natação. Quanto à rubrica Arbitragem esta encontra-se integrada na rubrica "Quadros Competitivos". -----

No âmbito da comunicação institucional encontra-se em desenvolvimento um novo site da FPN, com a integração das plataformas das AT's.-----

Colocado à votação o Plano de Atividades e Orçamento de 2026, este foi aprovado com 25 votos a favor, 5 contra e 1 abstenção. -----

Depois deste ponto foi feita uma pausa para Coffee Break de 20 minutos. -----

Reiniciou-se os trabalhos com o **Ponto 4 – Outros Assuntos**-----

Foram apresentadas diversas questões por parte dos Delegados. Iniciando-se com o Delegado João Viola que levantou uma preocupação que se prende com a obrigatoriedade de serem os atletas e clubes a ter de suportar custos de deslocação para estágios e competições nacionais. E questionou igualmente sobre qual a posição da Federação no dia em que um atleta, ou clube, não poder suportar essa mesma despesa. Sugeriu ainda a redução do número de AT's, dado que algumas apresentam baixo nível competitivo e pouco contributo para o desenvolvimento da modalidade. O Delegado Tomás Veloso questionou a existência de um mecanismo de controlo dos técnicos responsáveis pelos clubes e que seria importante a Federação tomar uma posição sobre este assunto para que depois as AT's possam seguir a mesma linha condutora. O Delegado João Loureiro abordou a publicação do documento da Política Desportiva Regional, reforçando que esta não contemplou a vertente financeira, e pediu esclarecimentos sobre o valor de 500€ no Circuito Nacional de Águas Abertas e se a ausência de publicação do regulamento implica revisão.-----.

O Delegado Rui Santos destacou a presença de técnicos sem qualificação em competições nacionais, a necessidade de clarificação das datas e locais das competições nacionais, tendo em conta os custos associados a cada local/altura do ano. A apresentação dos Cadernos de Encargos deve procurar fazer um levantamento do panorama nacional da natação, no que às infraestruturas diz respeito. O Delegado Aldo Costa referiu ser importante realizar uma reflexão geral sobre o panorama da natação, bem como sobre os programas que atualmente vêm sendo desenvolvidos pela FPN. O Delegado Tiago Parati reforçou a importância da mudança de paradigma no Polo Aquático, a continuidade da aposta nos grupos de formação a nível das seleções nacionais e um reconhecimento mais adequado dos jogadores internacionais aquando da inscrição nos Cursos de Treinadores. A Delegada Graça Vilarinho questionou o papel de Pedro Dias na estrutura da Federação e a forma como este se dirige aos árbitros por não ser a mais adequada. O Delegado Orlando Novo perguntou se existirá um plano global de marketing e comunicação para todas as Associações e se haverá formação, ou protocolos, para o uso de programas informáticos nas AT's. O Delegado Nuno Recarei referiu que Pedro Dias é um problema herdado pela atual Direção, mas que continua a fazer passar o papel de imprescindível para o funcionamento da Federação. Levantou a questão do porquê da diferença de valores pagos aos delegados nas AG. Mostrou o seu descontentamento pela falta de clareza do orçamento, bem como a forma de comunicação da Federação, dando como exemplo a circular relativa às competições Nacionais Masters.

Em resposta o Presidente da FPN esclareceu que Pedro Dias é um prestador de serviços e que o seu comportamento será revisto. Foi explicado ao Delegado Nuno Recarei que as diferenças de valores pagos aos delegados se justificam pelo facto de as AT's já receberem apoios próprios, sendo a ida à AG considerada mais uma ação; foi ainda assumido que uma maior transparência no orçamento será ponderada, e concordou-se com a necessidade de melhorar a comunicação institucional. Ao Delegado Orlando Novo foi informado de que a Federação está a desenvolver um novo site, que permitirá destacar as AT's, e que o TikTok da Federação fará partilhas diretas com os TikTok das Associações. Quanto aos programas informáticos, o tema encontra-se em análise. O Delegado Rui Santos foi informado da existência do email oficial de Piscinas de Portugal, criado para realizar o levantamento nacional das infraestruturas. Quanto à questão levantada pelo Delegado Aldo Costa foi explicado que essa reflexão tem vindo a ser feita e exemplo disso é a reformulação que o programa Portugal a Nadar irá ter. No que respeita ao Circuito Nacional de AA serão tidas em conta para análise as considerações deixadas pelos delegados.

Não havendo mais questões por parte dos delegados e tendo sido prestados os devidos esclarecimentos por parte do Presidente da FPN, a Presidente da MAG, Mariana Vieira da Silva, deu por encerrada a Assembleia Geral, informando que iria estudar para as próximas qual o mecanismo mais adequado, para que estas continuem participativas, mas não se prolongando tanto no tempo. Como suporte à presente Ata, encontra-se disponível o suporte áudio da Assembleia

Geral, o qual pode ser consultado caso surjam dúvidas, ou a necessidade de verificar o conteúdo discutido durante a reunião.



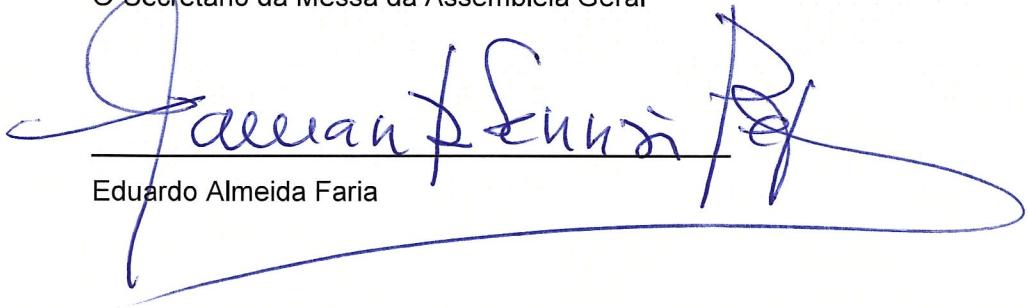
Assinado por: Mariana
Guimarães Vieira da Silva
Identificação: B11321735
Data: 2026-01-16 às 10:19:25

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Mariana Vieira da Silva

O Secretário da Messa da Assembleia Geral

Eduardo Almeida Faria

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Eduardo Almeida Faria", is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive, with a large, sweeping flourish at the end.